

Por Antonio Penteado Mendonça



A abertura de capital da Caixa Seguridade (IPO em inglês) foi adiada. A razão é uma só: a crise brasileira, que derrubou a Bolsa de Valores para um cenário complicado, com perdas expressivas ao longo do ano. A expectativa inicial da Caixa era conseguir algo próximo a dez bilhões de reais, mas, em função do cenário brasileiro, o prognóstico mais otimista, agora, aposta num preço máximo correspondente à metade disso. Razão mais do que suficiente para deixar para depois.

A outra abertura de capital prevista para 2015 envolvendo o setor de seguros era a do IRB Brasil Resseguros, que também, de acordo com informações do mercado, será postergada para um momento mais favorável.

Nada de estranho, apenas bom senso. Não tem sentido jogar fora dinheiro bom, correndo o risco de deprimir o preço de empresas saudáveis apenas para manter o cronograma inicialmente previsto pelo governo, acionista majoritário das duas.

Para quem achava que o setor de seguros não seria afetado pela fortíssima crise que atinge violentamente o país, a suspensão dos dois IPO's é um banho de água fria ou um chamado à realidade. Há quem imagine que pelo menos um deles ainda possa ocorrer neste ano, mas é pouco provável.

A verdade é que o país atravessa um momento inédito em sua história. As crises anteriores tinham como grande componente a inflação mais ou menos galopante. Esta é muito mais grave porque a inflação é apenas uma de suas consequências.

O Brasil atual é muito mais complexo do que o país dos anos 1990, quando a hiperinflação foi brilhantemente debelada pelo Plano Real. De lá para cá, tivemos um período de vacas gordas que não foi aproveitado para fazer as reformas indispensáveis para manter o desenvolvimento sustentável. Pelo contrário, em nome da demagogia política e do aparelhamento do Estado, com tudo de pior que foi gerado, somado à incompetência do Governo Federal para entender a complexidade nacional, o país jogou pela janela a melhor chance que teve de entrar no mundo desenvolvido.

Hoje, somos motivo de piada para o mundo e de tristeza para milhões de pessoas que foram enganadas pelo canto de sereia das promessas do PT. Como diz um bom amigo que conhece economia e o Brasil: a crise está aí, é feia e vai piorar muito, o que não significa necessariamente que depois vá melhorar.

Entre mortos e feridos, com exceção dos bancos, pouca gente não foi atingida e não está sentindo dor. O setor de seguros ainda não sofreu um baque forte, como a indústria automobilística, mas os

números do ano mostram que o crescimento está abaixo da inflação do período, ou seja, é negativo.

Nem poderia ser diferente. Seguro é atividade de apoio. É necessário que haja bens, produtos e capacidades de ação para serem segurados. Nós não temos nada disso. Pelo contrário, o que se vê é a queda de todos os indicadores, começando pelo número de empregos com carteira assinada. O reflexo já pode ser duramente sentido no setor de planos de saúde privados. O número de pessoas que deixa o sistema cresce dia a dia, da mesma forma que crescem os pedidos para a migração para planos mais baratos.

O resultado é dramático. Em primeiro lugar, sobrecarrega a Previdência Social, pelo crescimento do desemprego. Em segundo, afeta o SUS, que não tem recursos para atender bem nem mesmo as pessoas que deveriam ser atendidas por ele. Em terceiro, impacta o faturamento das operadoras de planos privados, que estão recebendo menos para continuarem a fazer frente às despesas crescentes da massa segurada.

Mas não são apenas os planos de saúde que são afetados. Os seguros de vida e acidentes pessoais sentirão o aumento do desemprego. Os seguros de veículos sentirão a queda das vendas de carros “zero”. Os seguros patrimoniais sentirão a queda do faturamento das empresas. E todos sentirão o aumento dos sinistros.

Se há um lado bom para as seguradoras, são os juros altos, que melhoram seus resultados. Mas ele é relativamente bom. Os juros estão altos para tentar conter a crise, ou seja, são um remédio amargo que, no médio prazo, também cobrará seu preço.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 13.10.2015.